

# A centralidade da geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

A Conferência Internacional de Doadores para a Guiné-Bissau, realizada em Bruxelas a 25 de Março de 2015, foi um sucesso. Com o objectivo de angariar €427 milhões, a representação da Guiné-Bissau viu a mesa redonda, que contou com a participação de delegações de 70 países e instituições, prometer mais de mil milhões de euros. Um ano após o regresso à ordem constitucional, com um governo e Presidente democraticamente eleitos, Bissau foi desta forma presenteada com a oportunidade de um novo começo, na medida em que reúne agora condições financeiras que lhe permitirão retomar o caminho do desenvolvimento económico e social.

Contudo, importa reconhecer que o financiamento não é por si só a solução para os problemas da Guiné-Bissau. O desenvolvimento depende da estabilidade política, sendo esta por sua vez dependente da mitigação da intervenção das forças armadas na cena política nacional. Na ausência de uma reforma abrangente e eficiente dos sectores da defesa e segurança, a Guiné-Bissau continuará a ser um potencial alvo de instabilidade.

Vários actores africanos têm-se mostrado dispostos a apoiar a Guiné-Bissau nesse sentido, com especial relevância para Angola e para a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) através da Nigéria e do Senegal. Luanda, que viu a sua cooperação interrompida com o golpe militar de

2012, anunciou recentemente a intenção de a retomar.<sup>1</sup> Importa ainda notar o envolvimento de outra potência africana na Guiné-Bissau, a África do Sul. Esta, à imagem de Angola, viu também a sua cooperação interrompida com o golpe militar e, apesar de declarações contraditórias, existem sinais de que estará disposta a voltar a cooperar com Bissau.<sup>2</sup>

Ora, é curioso que três grandes potências subsaarianas tenham revelado interesse num dos países mais pobres do mundo e com pouca relevância política. Posto isto, cabe perguntar qual a razão para este fenómeno?

De forma a responder a esta questão, importa primeiro que tudo reconhecer que a Guiné-Bissau não é tão insignificante como aparenta ser. O pequeno país africano detém quantidades substanciais de recursos naturais e em larga medida inexplorados—como petróleo, bauxite, fosfato, ouro, urânio, níquel e outros—,<sup>3</sup> oferece boas oportunidades de investimento—por força da escassez de infra-estruturas e de uma

1 “Angola/Guiné-Bissau: Analisado relançamento da cooperação no domínio da Defesa” (Embaixada da República de Angola em Portugal, Fevereiro de 2015).

2 Nomeadamente no que respeita à reestruturação do aparelho administrativo guineense e à reforma dos sectores da defesa e segurança. Contudo, as declarações oficiais no sentido da retoma têm sido contraditórias. “Embaixada da África do Sul rectifica declarações ao Bissau Digital” (PNN, 29 de Setembro de 2014).

3 “The World Factbook” (Central Intelligence Agency).



economia subdesenvolvida—e goza de uma localização estratégica com implicações para a segurança e estabilidade regional e internacional—situa-se no caminho entre a América do Sul e a Europa, bem como na porta de entrada para o Golfo da Guiné.

No caso da CEDEAO, o apoio à reforma do sector de defesa e segurança justifica-se, em parte, pela necessidade de mitigar as repercussões da insegurança marítima e do narcotráfico<sup>4</sup> para a estabilidade, segurança e comércio regional e internacional. Por outro lado, existe a questão do prestígio da CEDEAO, i.e. não favorece a imagem internacional da organização o facto de um dos seus membros ser um elemento desestabilizador para a ordem internacional e considerado por alguns como o primeiro narco-estado do mundo.

No que respeita às razões por detrás do envolvimento angolano e sul-africano, essas são menos óbvias. Os recursos naturais, o investimento em infra-estruturas e no sector produtivo, bem como a localização estratégica da Guiné-Bissau são seguramente, e por si só, factores motivadores desse envolvimento. No entanto, é a interligação entre esses e os interesses geoestratégicos no subcontinente que explicam essa tendência. Importa notar que essa dinâmica influenciou o golpe militar de 2012 que levou à interrupção da ordem constitucional.

O choque de interesses entre as potências em questão teve origem no acordo assinado entre Bissau e Luanda para a provisão de apoio à reforma e a subsequente criação de uma missão militar angolana para o país (MISSANG). Se, por um lado, a criação da MISSANG foi interpretada pelas Forças Armadas guineenses como um mecanismo para reduzir a sua influência e poder, por outro essa foi considerada pelos Estados-membros da CEDEAO—especialmente pela Nigéria e Senegal—como uma ingerência de uma potência africana na sua esfera de interesse imediato.

Não obstante a instabilidade que se seguiu, o golpe de estado de Abril de 2012 e a consequente retirada da MISSANG foram bem recebidos nas capitais da África Ocidental, em particular por Abuja e Dakar. De facto, apesar de ter condenado o golpe militar, a CEDEAO foi a única organização a reconhecer o governo de transição que se seguiu—nomeado e liderado *de facto* pelos militares—e que rapidamente mobilizou uma força militar (ECOMIB)<sup>5</sup> para tomar o lugar da força angolana.

O envolvimento destes actores no pequeno país lusófono da África Ocidental levou à emergência de uma pouco habitual confrontação geoestratégica na região subsaariana. Posto isto, cabe analisar o real interesse das grandes potências subsaarianas na Guiné-Bissau e as dinâmicas entre esses, procurando assim perceber se o que está actualmente em jogo tem potencial para, no futuro próximo, mergulhar o país numa nova espiral de instabilidade.

4 Marcado pela promiscuidade com as autoridades nacionais, em particular os militares.

5 Constituída por elementos do Burkina-Faso, Nigéria e Senegal.

### As dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas na Guiné-Bissau

O interesse de Abuja na Guiné-Bissau fundamenta-se, em grande parte, pela proximidade geográfica e a inclusão do pequeno país na esfera de influência da grande potência regional. A Nigéria é o Estado-membro mais activo e que mais contribui para a CEDEAO, tendo todo o interesse em continuar a sê-lo. A CEDEAO proporciona a Abuja uma maior capacidade para exercer influência sobre os países da África Ocidental, permitindo-lhe também projectar a sua política externa através de um enquadramento regional. Além disso, garante-lhe maior espaço de manobra para conter, monitorizar e contrabalançar a presença dos maiores rivais africanos na sua esfera de influência.

No entanto, a Nigéria tem em mãos problemas económicos, políticos e de segurança. O contexto de baixos preços do petróleo tem prejudicado as finanças nacionais, tendo impacto não apenas na economia doméstica mas também na capacidade de projecção de poder a nível regional e continental. Acresce ainda a instabilidade e incerteza política do período pós-eleições e a insurgência do Boko Haram no nordeste do país. Estes desafios limitam a capacidade de Abuja em financiar e participar em operações de manutenção de paz e de estabilização, tendo já implicado a retirada de contingentes militares presentes em missões—como no Mali e no Darfur.<sup>6</sup> Da mesma forma, a CEDEAO e a Nigéria têm-se deparado com dificuldades de financiamento da própria ECOMIB.<sup>7</sup>

Tanto Luanda como Pretória olham para o contexto desfavorável da Nigéria como uma janela de oportunidade em todas as frentes. Os desafios internos e uma economia fragilizada na Nigéria permitem a Luanda e Pretória uma maior capacidade de projecção de influência militar e política no continente. Por outro lado, a instabilidade política e o risco associado aos investimentos na Nigéria poderá levar a que investidores estrangeiros desviem a sua atenção para os mercados da África do Sul e de Angola.

Noutra perspectiva, os países da África Ocidental apresentam inúmeras oportunidades para empresas sul-africanas e angolanas. A retoma da cooperação poderá impulsionar os projectos e investimentos angolanos que foram interrompidos em 2012. Entre esses incluem-se o porto de águas profundas de Buba, a linha ferroviária que liga o porto de Buba a Bamako—passando pela Guiné-Conacri—e a exploração de Bauxite em Madina do Boé e no Leste da Guiné-Conacri. Importa ainda destacar o interesse da angolana Unitel em adquirir a falida Guiné Telecom<sup>8</sup> e assim estabelecer presença, pela primeira vez, no mercado de telecomunicações da região. Estes projectos, e a resultante

6 A Nigéria é também o quarto maior contribuinte para operações de manutenção de paz da ONU. Com as finanças nacionais a atravessarem um momento menos positivo e com a ameaça representada pelo Boko Haram é expectável que as autoridades nigerianas decidam diminuir as suas participações. Ver Andrew McGregor "Nigerian army abandons peacekeeping missions in Mali and Darfur to combat Boko Haram" (*The Jamestown Foundation*, 24 de Julho de 2013).

7 Ver "Adoption of Resolution Renewing the UN's Peacebuilding Mission in Guinea-Bissau" (*What's In Blue*, 17 de Fevereiro de 2015).

8 "Angola's Unitel interested in acquiring Guiné Telecom" (*Macaublog*, 17 de Março de 2015).



entrada no promissor mercado da África Ocidental, vão em linha com a intenção de Luanda em diversificar a economia para além do sector petrolífero.

Não querendo menosprezar a capacidade económica da África do Sul, em particular do seu sector empresarial privado, importa ter em conta que a projecção económica de Angola apresenta uma ameaça acrescida aos interesses nigerianos. Por outras palavras, a natureza estatal das grandes empresas angolanas—nomeadamente da Sonangol—permite ao regime de Luanda expandir a sua influência económica e política, na medida em que estas funcionam como uma ferramenta importante da sua política externa. O nível de presença económica de Angola em economias estrangeiras define, em larga medida, a capacidade de influência política sobre os respectivos governos. Ora, a Nigéria não olhará certamente com bons olhos para a possibilidade de um Estado-membro da CEDEAO ter as suas linhas de acção política altamente influenciadas por uma potência rival.

Além disso, contribuir para a reforma dos sectores de defesa e segurança faz parte da estratégia de Luanda—ao longo da última década—de exportar segurança para outros países africanos.<sup>9</sup> Essa estratégia, fundamentada no uso das Forças Armadas Angolanas como instrumento da política externa, satisfaz ainda a necessidade de ocupar e mobilizar um exército já por si entre os maiores e melhores preparados e equipados do continente africano.

Após anos de atenção dedicada aos Estados Unidos, Europa e China, Luanda deseja reformular a sua reputação e virar-se para África. Para esse efeito, Angola pretende transformar Bissau numa base de projecção de influência e poder que vá além das regiões em que está mais activamente envolvida, alargando dessa forma a sua presença no Golfo da Guiné e marcando presença na África Ocidental. Ora, Bissau apresenta-se como o candidato mais bem colocado neste contexto. Quando juntando a debilidade estrutural e a procura por afirmação internacional ao facto de ser um país lusófono, africano e de pretender reformar o seu sector de segurança, é fácil entender o porquê da escolha de Luanda ter recaído na Guiné-Bissau e não no outro país que poderia ser igualmente um candidato: Cabo Verde.<sup>10</sup>

Em suma, uma presença activa na Guiné-Bissau permite a Luanda um enorme potencial de projecção do seu poder económico, político e militar na esfera de influência da CEDEAO, trazendo assim implicações não apenas para a Nigéria, mas também para o Senegal.

O Senegal foi seguramente a parte mais interessada no fim do envolvimento angolano na Guiné-Bissau. Desde a independência guineense que o Senegal foi o país que mais influência exerceu sobre Bissau, tornando-se o pequeno Estado lusófono no principal aliado de Dakar no combate e gestão da crise em Casamança. O governo de Dakar, que se estabeleceu como o

grande defensor de Bissau na arena internacional, viu essa relação deteriorar-se com a mudança no governo guineense no final da década de 2000. Carlos Gomes Júnior, então primeiro-ministro, iniciou um processo de aprofundamento de laços com Luanda, em detrimento do Senegal. Angola acabou por se tornar no principal parceiro diplomático de Bissau, ameaçando privar Dakar do seu grande aliado regional e da rara oportunidade de exercer influência decisiva na região.<sup>11</sup>

Ao receio de perder capacidade de acção na sua vizinhança, acresce o facto de Dakar—tal como a Nigéria—não ver com bons olhos um governo de Bissau ancorado a Luanda. Isso significaria, por exemplo, a sujeição das autoridades de Bissau à manipulação de Angola no que respeita à abordagem aos rebeldes do Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC), o que ultimamente constitui uma ameaça aos interesses do Senegal.

Dito isto, importa notar que as preocupações senegalesas não se cingem à influência política de Angola na sua esfera de interesse imediato. Os danos económicos resultantes da concretização dos projectos angolanos—em particular o porto de Buba e a linha férrea Bissau/Bamako—redundariam no rápido declínio do Senegal como um dos grandes *hubs* comerciais da África Ocidental. Por outro lado, apesar de numa escala menor, a operadora de telecomunicações Sonatel—detida em quase metade pela France Telecom e com sede em Dakar—poderá ter numa Guiné Telecom detida por angolanos uma ameaça à segunda maior operadora do país—a seguir à sul-africana MTN.<sup>12</sup>

Posto isto, o golpe de estado de 2012 constituiu uma oportunidade para Dakar voltar a ter um papel mais influente na Guiné-Bissau e também para se reafirmar como potência regional. De facto, importa notar que Dakar foi a capital escolhida para a primeira visita oficial do Presidente interino Manuel Serifo Nhamadjo, em Junho de 2012. Acresce ainda que com a criação da ECOMIB e a respectiva mobilização de 600 militares, Dakar voltou a ter soldados em terreno guineense.<sup>13</sup> Simbólico da reaproximação entre Dakar e Bissau foi a presença do Presidente senegalês na abertura da conferência de doadores ao lado do seu homólogo guineense.<sup>14</sup> Em suma, o Senegal usou a CEDEAO como canal para voltar a projectar a sua influência sobre a Guiné-Bissau.

É ainda importante referir o interesse expresso pela África do Sul na Guiné-Bissau. O antigo primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior deslocou-se a Pretória a 24 de Agosto de 2010 para discutir a cooperação em varias áreas, em particular nos sectores de defesa e segurança, tendo também sido abordados possíveis investimentos em sectores como a extracção de miné-

9 O caso da Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial e Somália.

10 Cabo Verde está geográfica e politicamente afastado da África Ocidental. Por outro lado, não é do interesse de potências como os EUA e o Brasil ter Angola fixada numa posição tão geoestratégica como o território cabo-verdiano, pois tal daria a Luanda um nível considerável de controlo sobre o Atlântico Sul.

11 Para um melhor entendimento da influência do Senegal sobre a Guiné-Bissau ver Vincent Foucher, "Wade's Senegal and its Relations with Guinea-Bissau: Brother, Patron or Regional Hegemon?" (*South African Institute of International Affairs*, Janeiro de 2013).

12 "África: Guinea-Bissau seeks to privatise Guiné Telecom" (*The Economist*, 22 de Novembro de 2013).

13 A última vez tinha sido em 2002 durante a Operação Gabou.

14 Acompanhados por um representante da União Europeia e outro das Nações Unidas.



rios.<sup>15</sup> Um ano mais tarde, o Vice-Presidente da África do Sul, Kgalema Motlanthe, visitou Bissau com o objectivo de assinar um acordo de cooperação.<sup>16</sup> Motlanthe foi acompanhado por membros importantes do governo sul-africano,<sup>17</sup> o que ilustra a importância com que Pretória olha para a Guiné-Bissau.

Parte integrante da política externa da África do Sul no pós-apartheid tem sido a área da promoção da paz, da boa governação e da reconstrução em contextos de pós-conflito. Não obstante as boas intenções e óbvio interesse de Pretória em entrar na indústria extractiva, a principal motivação por detrás do envolvimento de Pretória será muito provavelmente a necessidade estratégica de acompanhar o seu grande rival, Angola, nas suas aventuras para regiões distantes—seja num sentido competitivo ou mesmo colaborativo.

Os dois países têm colaborado em várias matérias,<sup>18</sup> em particular no domínio militar.<sup>19</sup> No entanto, a afirmação dos dois Estados africanos leva inevitavelmente a que cada um ambicione projectar a sua influência para além das regiões de interesse imediato, criando-se assim um ambiente de competição entre os dois. A cooperação no domínio militar, que serve para coordenar acções e trocar informação, garante ao mesmo tempo uma melhor monitorização e maior previsibilidade das actividades de cada um. Coloca-se assim em contexto a intenção dos dois governos em cooperar—apesar de não haver um acordo bilateral nesse sentido—na reforma dos sectores da defesa e segurança da Guiné-Bissau.

Importa ainda referir que representantes da África do Sul estão na corrida pela Guiné Telecom, o que a concretizar-se resultará no facto de empresas sul-africanas deterem duas das três operadoras da Guiné-Bissau—a MTN é a única empresa sul-africana no país—,<sup>20</sup> desta forma dominando o mercado guineense e reforçando a sua presença no mercado das telecomunicações na África Ocidental.

### Contexto diferente, resultados diferentes?

Os interesses das grandes potências africanas na Guiné-Bissau continuam a ser os mesmos que contribuíram para a interrupção da ordem constitucional em 2012. Urge, deste modo, a

que os actores internacionais em consideração—aqueles com especial interesse em contribuir para a estabilização da Guiné-Bissau—cheguem a um entendimento. Igualmente importante é a necessidade do actual governo e Presidente agirem no sentido de fortalecer laços com todos esses actores.

De facto, o pós-restabelecimento da ordem constitucional terá levantado receios no seio da CEDEAO de que as novas autoridades governamentais seguissem a linha de Carlos Gomes Júnior, ou seja, aproximar-se novamente de Angola e da CPLP. Isto porque não só foi o actual Presidente, José Mário Vaz, ministro das Finanças no governo de Carlos Gomes Júnior, como o primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, é o líder do PAIGC—partido de Carlos Gomes Júnior—e foi secretário-geral da CPLP—onde Angola se insere. No entanto, tal não se concretizou e as novas autoridades guineenses deram aparentemente prioridade aos seus parceiros regionais.

A primeira visita oficial do Presidente recém-eleito foi a Dakar,<sup>21</sup> tendo seguido no mês seguinte para a Costa do Marfim, Mali, Níger, Nigéria e Togo. Apenas no final desse mesmo mês decidiu visitar Angola. Do mesmo modo, antes de ser empossado como primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, realizou um périplo pela África Ocidental.<sup>22</sup> Já na qualidade de líder do governo, em Março de 2015, visitou Dakar para convidar o Presidente senegalês a participar na conferência de doadores. O mau tempo e as cheias em Angola levaram ao cancelamento da visita que se seguiria a Luanda.<sup>23</sup>

No entanto, Angola não foi completamente colocado em segundo plano. Em Fevereiro de 2015 o ministro dos Negócios Estrangeiros guineense deslocou-se a Luanda com o fim de “retomar progressivamente o processo das relações de cooperação no domínio da defesa”, tendo-se reunido com o seu homólogo angolano e o Vice-Presidente Manuel Vicente.<sup>24</sup> Não obstante a prioridade ser claramente fortalecer laços com países regionais—provavelmente de forma a impedir um cenário semelhante ao de Abril de 2012—, as novas autoridades em Bissau reconhecem a importância da participação angolana na estabilização e desenvolvimento do país.

Os líderes políticos guineenses entenderam o quão importante é criar laços positivos com a vizinhança, ao mesmo tempo mantendo relações com os países lusófonos, i.e. Angola. Contudo, será isso suficiente para a consolidação da ordem constitucional e da estabilidade? Provavelmente não, pois as causas estruturais que levaram ao golpe de estado de 2012 permanecem por resolver. Porém, sendo que os elementos em jogo diferem de há três anos atrás, ganha força a possibilidade da manutenção de Bissau no rumo certo e sem percalços de maior.

15 “África do Sul e Guiné Bissau reforçam cooperação” (*RFI*, 23 de Agosto de 2010).

16 “África do Sul promete apoios à Guiné-Bissau em diversos sectores” (*PNN*, 31 de Agosto de 2011).

17 Motlanthe fez-se acompanhar pelo Ministro da Segurança do Estado, Ministro-Adjunto de Relações Internacionais, Ministro-Adjunto da Defesa e Veteranos Militares e Ministro-Adjunto da Saúde. “Deputy President Kgalema Motlanthe departs for the Republic of Guinea Bissau on an official visit” (*The Presidency Republic of South Africa*, 29 de Agosto de 2011).

18 Boa relação institucional, económica e empresarial entre Luanda e Pretória, fomentada a partir de 2009 quando Jacob Zuma escolheu Angola para a sua primeira visita oficial como presidente da África do Sul “The rise of South African-Angolan relations” (*Media Club South Africa*, 28 de Outubro de 2014).

19 A 17 de Agosto de 2011 foi assinado um acordo de cooperação no domínio militar e da defesa e a 17 e 18 Outubro de 2013 foi reforçado. Ver “Angola e África do Sul assinam cooperação no domínio da defesa” (*Angop*, 17 de Agosto de 2011) e “RSA and Angola deepens the strategic partnerships” (*Department of Defence Republic of South Africa*, 2013).

20 “Relações Bilaterais” (Embaixada da África do Sul na Guiné-Bissau).

21 “Guiné-Bissau, José Mário Vaz no Senegal” (*RFI*, 27 de Maio de 2014)

22 Visitou o Burkina Faso, a Costa do Marfim, a Gâmbia e o Senegal.

23 A visita iria servir para convidar o Presidente angolano a marcar presença na Conferência e ainda para analisar a retoma dos projectos de cooperação interrompidos em 2012, onde se incluí a reforma do sector de segurança e defesa, bem como a exploração de minérios. Ver “Primeiro-ministro adia visita a Angola” (*Lusa via Rede Angola*, 17 de Março de 2015).

24 “Angola/Guiné-Bissau: Análise do relançamento da cooperação no domínio da Defesa” (*Angop*, 26 de Fevereiro de 2015).



Os militares têm agora menos poder e influência sobre as autoridades civis. Um marco crucial foi a exoneração presidencial, em Setembro de 2014, de António Indjai—chefe das Forças Armadas e líder do golpe de Estado de 2012—e a nomeação para o seu lugar do chefe da guarda presidencial e homem de confiança do Presidente, o General Biague Na Ntan. Igualmente relevante é a necessidade dos oficiais, em particular dos envolvidos no narcotráfico, em se manterem discretos e forjarem uma nova relação com a comunidade internacional. Caso contrário continuarão sob a mira do combate ao narcotráfico pelos Estados Unidos<sup>25</sup> e dificilmente beneficiarão das vantagens associadas à reforma do sector de defesa e segurança, tais como as pensões de reforma.

Além disso, a situação actual na Nigéria é muito diferente da de 2012, altura em que beneficiava de preços do petróleo elevados, um crescimento económico robusto e uma situação política relativamente estável. Desde 2012, no entanto, que a situação económica, militar e política do grande contribuinte financeiro para o orçamento da organização da África Ocidental se deteriorou, levando a que agora Abuja queira partilhar o “fardo” das missões de estabilização e de paz, em que se inclui a ECOMIB. Ora, desenvolvimentos como o surto do Ébola, a redução dos preços do petróleo e a insegurança na região, os quais têm gravemente prejudicado as economias regionais, dificultam a capacidade de uma maior partilha do ‘fardo’ da ECOMIB entre os países da CEDEAO.

Angola surge neste contexto como uma possível mais-valia. Apesar de se encontrar numa situação económica igualmente difícil, uma das prioridades do regime de Luanda tem sido continuar a investir nas Forças Armadas. Considerando a sua capacidade militar e a experiência da integração de combaten-

tes rebeldes nas Forças Armadas nacionais, torna-se clara a vantagem em ter uma Angola activa na reforma dos sectores de defesa e segurança da Guiné-Bissau.

Posto isto, a cooperação com Angola representa para os Estados-membros da CEDEAO simultaneamente uma oportunidade—partilhar o ‘fardo’—e um problema—ter Luanda na sua esfera de influência. Contudo, sem a participação angolana na reforma dos sectores de defesa e segurança, e num contexto de controlo de custos por parte dos doadores tradicionais, torna-se difícil perceber onde é que a CEDEAO, em particular a Nigéria, irá garantir o apoio necessário e que vá em linha com os seus interesses estratégicos. Poucos países africanos, nomeadamente na África Ocidental, reúnem condições e/ou vontade de o fazer.

Será interessante ver até que ponto a CEDEAO, em particular a Nigéria e o Senegal, irá permitir que Angola retome a cooperação. Apesar dessa decisão estar nas mãos do novo governo e Presidente democraticamente eleitos, é certo que a sua margem de manobra estará condicionada pelos interesses geopolíticos e geostratégicos das grandes potências regionais. No entanto, quando considerando que a situação económico-financeira e de segurança na África Ocidental não mostra sinais de melhorias no futuro próximo, torna-se urgente garantir mais apoios para a ECOMIB.

É preciso reconhecer que sem uma reforma eficiente dos sectores de defesa e segurança não será possível consolidar a ordem constitucional. Um novo golpe terá graves consequências para a legitimidade e funcionamento da organização da África Ocidental, o que por sua vez prejudicará os objectivos da política externa do governo de Abuja.

25 Arriscam seguir o destino do antigo chefe da marinha guineense, Bubo Na Tchuto, detido em 2013 durante uma operação da Drug Enforcement Agency (DEA).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

